

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH HOSPITAL GERAL DE IPIXUNA DO PARÁ

CNPJ nº 23.453.830/0018-18

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em R\$

Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 - Em (R\$)			Demonstração do Resultado do Período de 1º Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em (R\$)		
Ativo	Nota	2018		Nota	Período de 01/03 a 31/12/2018
Circulante		3.967.460	Receitas Operacionais	11	5.100.450
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.916.611	Serviços prestados pacientes SUS		10.973.980
Contas a receber	4	1.097.398	(-) Glosa por implantação		(5.873.530)
Estoque		139.702	Custos		(2.464.167)
Adiantamento a fornecedores		803.769	Pessoal e encargos		(1.008.484)
Adiantamento a funcionário		4.301	Serviços de terceiros		(1.190.423)
Despesas antecipadas		5.679	Materiais e medicamentos		(265.260)
Não Circulante		2.854.990	Despesas		(846.177)
Imobilizado líquido	5	2.854.990	Pessoal e encargos		(252.121)
Total do Ativo		6.822.450	Despesas gerais	12	(593.138)
Passivo			Impostos, taxas e contribuições		(918)
Circulante		1.647.885	Depreciação/amortização		(66.386)
Fornecedores	6	1.097.768	Outras receitas e despesas operacionais		66.386
Obrigações trabalhistas	7	360.727	Financeiras, Líquidas		50.845
Obrigações sociais		68.257	Receitas Financeiras		(6.052)
Obrigações fiscais		52.730	Despesas financeiras		56.897
Outras contas a pagar		1.528	Superávit do Exercício		1.840.951
Partes relacionadas	8	66.875	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Período de 1º Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em (R\$)		
Não Circulante		3.333.614	Descrição	Patrimônio Social	Superávit acumulado
Receita diferida	9	3.333.614	Em 1º de março de 2018	-	-
Patrimônio Líquido	10	1.840.951	Superávit do período	1.840.951	1.840.951
Superávit do período		1.840.951	Em 31 de dezembro de 2018	-	1.840.951
Total do Passivo		6.822.450			
Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto do Período de 1º Março a 31 de Dezembro de 2018 - Em (R\$)					
Fluxos de caixa de atividades operacionais	Período de 01/03 a 31/12/2018		Aumento de obrigações tributárias		52.730
Superávit do exercício	1.840.951		Aumento de outras obrigações		1.528
Ajustes para reconciliar o resultado			Aumento do passivo não-circulante		3.333.614
Depreciação/amortizações	66.386		Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		4.771.112
Superávit ajustado	1.907.337		Atividades de investimentos		(2.921.376)
Variações no circulante das contas de ativo e passivo	2.863.775		Aquisição de imobilizado		(2.921.376)
(Aumento) dos créditos – circulante	(1.905.468)		Atividades de financiamentos		66.875
(Aumento) de estoques	(139.702)		Transações com partes relacionadas		66.875
(Aumento) das desp. do exercício seguinte	(5.679)		Aumento no caixa e equivalentes de caixa		1.916.611
Aumento de fornecedores	1.097.768		Variação em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)		
Aumento de obrigações trabalhistas	360.727		Saldo existente no início do período		-
Aumento de obrigações sociais	68.257		Saldo existente no final do período		1.916.611
			Aumento no caixa e equivalentes de caixa		1.916.611
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis			do Período de 1º de Março a Dezembro de 2018		
1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: O Hospital Geral de Ipixuna do Pará (HGI) faz parte da rede pública do Estado do Pará. O Hospital atende a região Metropolitana III, composta por 23 municípios da 3ª e 5ª Regional de Saúde e o município de Dom Eliseu, pertencente à 11ª Regional de Saúde. A unidade oferece assistência de média complexidade nas especialidades de cirurgia geral e ginecológica, clínica médica, ambulatório de especialidades, exames de raios-x, ultrassom e eletrocardiograma. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado à Estrada Vicinal José Bonifácio, 499-607, Ipixuna do Pará - PA, b) Contrato de Gestão: O Hospital Geral de Ipixuna do Pará (HGI) é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de março de 2018, por meio de contrato de gestão nº 001/SESPA/2018, vigente até 28/02/2023. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:			contábil líquido ao valor recuperável. f) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g) Apuuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos: Nas demonstrações contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. l) Patrimônio líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.		
Âmbito	Legislação	Publicação			
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970			
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969			
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967			
A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. 2. Apresentações das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 18 de março de 2019. 2.2. Base de mensuração e apresentação: As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. 2.3. Moeda funcional e de apresentação: Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. 2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa: São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) Estoques: São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) Ativo imobilizado: Os imobilizados de gestão pública são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. d) Ativo intangível: Os ativos intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor					
			contábil líquido ao valor recuperável.		
			f) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. Provisões para riscos judiciais: A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa: É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g) Apuuração do Superávit/Déficit: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h) Reconhecimento de receitas: As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos: Nas demonstrações contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. l) Patrimônio líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. m) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.		
			3. Caixa e Equivalentes de Caixa		
			2018		
			Caixas		
			300		
			Banco conta movimento		
			3.621		
			Aplicações financeiras de liquidez imediata		
			1.912.690		
			1.916.611		
As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento pre-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. 4. Contas receber: O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 001/SESPA/2018, com a Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 02/03/2023.					
			2018		
			Contrato de gestão número 001/SESPA/2018 - SESPA		
			1.097.398		
			1.097.398		
5. Imobilizado: Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios/investimento:					

continua